

# DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL E COOPERAÇÃO PELA AGRICULTURA FAMILIAR

PUHL, Mário José<sup>1</sup>. Santa Rosa (RS).

Temática: Localização e distribuição regional do desenvolvimento

## RESUMO

O artigo aborda a dinâmica relação entre a cooperação e o desenvolvimento territorial rural, protagonizada por famílias rurais associadas à cooperativa singular de crédito, do Sistema de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária – CRESOL, no município de Santo Cristo (RS). Entende-se que a cooperação desempenha uma dinâmica socioeconômica fundamental na estratégia de acesso e de qualificação no acesso a ativos de capital e a atores situados na esfera da sociedade civil, do Estado e do mercado, para as famílias rurais com vistas à sua reprodução e no desenvolvimento territorial rural. A dinâmica da cooperação afirma-se com base na presença de capital social entre as famílias rurais o qual reforça as relações de confiança e de cooperação mútua, com vistas à reprodução das famílias e o desenvolvimento territorial rural.

**Palavras-chave:** cooperação; desenvolvimento territorial rural; famílias rurais.

## Introdução

Existem distintos referenciais através dos quais é possível realizar uma análise e compreensão de dinâmicas de desenvolvimento, especialmente quando se referem ao desenvolvimento territorial rural. A abordagem adotada neste trabalho está ancorada na noção de acesso e de capacitação para o acesso a ativos de capital e a atores situados nas esferas da sociedade civil, do Estado e do mercado. A forma de acesso das famílias rurais aos recursos e atores se dará pelo processo da cooperação em um determinado território sócio-economicamente constituído.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento-PPD, da UNIJUÍ, [mariopuhl@brturbo.com.br](mailto:mariopuhl@brturbo.com.br). Bolsista RIMISP, pelo que “Se reconoce el apoyo del Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo (IDRC, Ottawa, Canadá), a través del Programa Colaborativo de Investigación sobre Movimientos Sociales, Gobernanza Ambiental y Desarrollo Territorial Rural”.

## **A cooperação e desenvolvimento territorial rural**

Amartya Sen (2000) distingue duas alternativas gerais e contrapostas a respeito do desenvolvimento e que, de acordo com o mesmo autor, podem se encontradas tanto nos debates públicos como nos estudos de economistas. A primeira possibilidade sustenta que o desenvolvimento é um processo “feroz”, duro, disciplinado, um processo “com muito sangue, suor e lágrimas – um mundo no qual sabedoria requer dureza”, diz Sen (2000, p. 51). Nessa perspectiva, a construção do desenvolvimento requer o afastamento, no máximo possível, das preocupações consideradas “frouxas”, como os direitos políticos e civis, a democracia e temas ambientais. De outro lado, que ela seja feita sobre as bases sólidas do trabalho incansável, pois “o necessário aqui e agora é dureza e disciplina” (op. cit. p, 51). Essa idéia aponta para um entendimento de desenvolvimento como progresso e crescimento econômico.

A segunda perspectiva defende que o desenvolvimento seja um processo “amigável”. Sen (2000, p. 52), sustenta que nesta perspectiva “considera-se que a apazibilidade do processo é exemplificado por coisas como trocas mutuamente benéficas (...), pela atuação de redes de segurança social, de liberdades políticas ou de desenvolvimento social – ou por alguma combinação dessas atividades sustentadoras”. A tese do autor é de “que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (op. cit., p. 17), sem deixar de considerar a necessidade do crescimento econômico, do aumento das rendas familiares e a melhorias das condições produtivas. Desse modo, o desenvolvimento não se assemelha ao puro crescimento econômico, mas como uma estratégia ou processo que implica, ao longo do tempo, em mudanças culturais, sociais, econômicas, políticas e ambientais, interconexas, de modo a expandir as liberdades e melhorando as condições da qualidade de vida das pessoas.

Durante as últimas décadas o embate entre essas duas perspectivas de desenvolvimento esteve presente no contexto nacional, regional e internacional. Concomitantemente ao período histórico de afirmação dos princípios liberais uma parcela significativa de regiões e países realizou ensaios de outras propostas de desenvolvimento. São experiências constituídas em contextos marcados pela crise do modelo keynesiano-fordista de produção e organização, de descrédito ante ao novo modelo liberal proposto e, especialmente, em razão da expansão vertiginosa dos índices de pobreza, miséria e exclusão de toda ordem, especialmente da população do meio rural, como atestam estudos de Kliksberg (2001), Fiori (1997) e Arrighi (1997). Elas emergiram também num contexto marcado pela retomada dos debates acerca de temas ambientais, democracia participativa, multiculturalismo, economia

solidária, cooperação, controle social dos espaços, movimentos sociais e pluridimensionalidade do desenvolvimento. Constituem buscas de caminhos novos, alternativas para o desenvolvimento ou até mesmo alternativas ao desenvolvimento (Santos, 2002). As experiências alternativas foram elaboradas nas periferias das sociedades por grupos sociais marginalizados, por organizações sociais, pelos “inviáveis” do sistema, de forma organizada e/ou espontânea.

No território em tela foram desencadeadas várias experiências no campo da avaliação, dos debates, do planejamento e desenvolvimento rural, dando destaque ao território como espaço sócio-econômico construído. Nessas experiências, FAVERO e GRAMACHO (2004, p. 141-142) indicam que houve a contribuição de sete elementos:

- 1) nasceram de iniciativas de organizações locais; 2) incentivaram a participação da população local; 3) contaram com a assessoria de organizações especializadas, particularmente de ONGs e de setores de Universidades; 4) produziram redes de organizações e movimentos sociais fundados em vínculos de parceria; 5) produziram experiências heterogêneas, baseadas em trajetórias originais e em estruturas e tramas variadas; 6) reorganizaram os espaços que as geraram e, mesmo, as representações destes espaços, dando origem (...) a uma nova cultura do espaço; 7) finalmente, provocaram a emergência e/ou o fortalecimento de novos sistemas de governança, com ênfase no local.

De forma geral esta dinâmica é atribuída a três processos imbricados, afirmam os mesmos pensadores, que são a crise do referencial keynesiano-fordista de crescimento; a reorganização do Estado e a re-estruturação de seus sistemas de regulação e a sua relação com a sociedade e a economia; e, em terceiro lugar, as profundas transformações das estruturas e sistemas de relações sociais. Ante o quadro apresentado, os grupos sociais não inclusos nesta proposta, das rebarbas do sistema, buscam construir suas estratégias, seus caminhos, suas organizações para garantir a sobrevivência. Lutam pela mudança deste padrão organizativo, nos mais diversos campos e espaços. Busca-se “construir a cidadania para o desenvolvimento” (idem), legitimar atores, considerar a diversidade, e uma nova base material de organizações das comunidades.

Favero e Gramacho (2004) destacam que dos estudos das experiências brasileiras de desenvolvimento mereceram atenção as relações existentes entre o Estado e desenvolvimento; segundo, a educação; e, o terceiro a relação entre o desenvolvimento e o capital social. A perspectiva de entendimento do desenvolvimento a partir da sua relação com o capital social “propõe estruturá-lo com base na articulação entre pluralidade (capital humano) e a cooperação (capital social). (...) quanto maiores forem os capitais humano e social, maiores serão os conhecimentos e as experiências acumuladas e maiores serão as possibilidades” (op. cit, p. 147) de desenvolvimento territorial. Território caracterizado como

um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2005, p. 3).

O território é definido a partir de seus usos, das experiências e resultados verificados e das organizações de cooperação que foram geradas pelos seus usos e para esses usos, numa interação dos atores sociais. Dessa forma, o território exerce um papel ativo, na medida em que é, simultaneamente, um ator (agente) e palco (lugar), afirmam Santos e Silveira (2003, p. 11). O espaço geográfico, “se define como união indissolúvel de sistemas de objetivos e sistemas de ações, e suas formas híbridas, as técnicas, que nos indicam como o território é usado: como, onde, por quem, por quê, para quê” (idem, p. 11).

Nessa linha de pensamento, para caracterizar um território, “devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (op. cit., p. 247). Um território, neste horizonte reflexivo, envolve o conjunto dos sistemas herdados por uma determinada comunidade; o conjunto dos sistemas de engenharia, ou seja, os objetos culturais e técnicos historicamente constituídos; e, os sistemas de ações humanas, que produzem interações, envolvendo as dinâmicas de cooperação, quanto os conflitos sociais e políticos presentes. O território carrega um sentido histórico, decorrente da interação desses três aspectos, pois sua “historicidade deriva da conjunção entre as características da materialidade territorial e as características das ações” (idem, p. 248).

Seguindo a linha de raciocínio da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE, Abramovay (2000) afirma que a centralidade da idéia acerca do território é que este, mais que simples base física para as relações entre pessoas e organizações, organiza-se em rede, formando um tecido social e uma organização complexa, de diversas feições. “Um território representa uma trama de relações históricas, configurações políticas e identidades” (op. cit., p. 385), que desempenham papéis de articulação, organização do conjunto de atores e ativos envolvidos neste espaço construído.

A articulação dos modos e das experiências de cooperação com os modos e experiências de conflito, numa interação dialética, consubstancia o território com duas dimensões: a unidade e a pluralidade. A unidade, decorrente de um movimento cooperativo ou solidário, produz dois tipos de solidariedade: a orgânica e a organizacional.

Nesta dialética relacional

os territórios são, essencialmente, o resultado de formas específicas de interação social, que implicam em cooperação e conflito, ou da capacidade dos indivíduos e organizações locais, de promover vínculos dinâmicos, capazes de valorizar os sistemas naturais herdados, os objetos técnicos e culturais historicamente construídos e, também, as tramas sociais e políticas (SANTOS; SILVEIRA, p. 150).

Vários fatores interferem e contribuem no desenvolvimento territorial: o econômico, o sócio-cultural, o ambiental, o político-institucional, dentre outros. Destaca-se, no entanto, a importância do capital humano, do capital social e do natural. A dimensão territorial do desenvolvimento vai além das vantagens ou obstáculos ambientais ou geográficos de localização. Há uma preocupação em entender e constituir redes e convenções internalizadas em organizações cooperativas, que contribuam no acesso a ativos públicos, como a educação, o conhecimento, a saúde, capazes de fortalecer o tecido social da localidade (Abramovay, 2003), e a atores situados nas esferas da sociedade civil, do mercado e do Estado..

Aponta-se para uma interação entre a territorialidade do desenvolvimento e a compreensão de capital social, visto que as características da organização social, manifestas em normas, sistemas, confiança mútua, contribuem para melhorar a organização social, facilitando ações cooperativas (Putnam, 2000).

Levando-se em consideração a multidimensionalidade do poder, entendido a partir da interação dos poderes advindos e fruto da interação da sociedade civil, Estado e mercado, de distintas escalas, é possível desencadear dinâmicas de desenvolvimento territorial a partir da articulação e organização de atores sociais, como as famílias da agricultura familiar. Processo não restrito à melhoria econômica, mas também atento às melhorias das condições sociais, culturais, ambientais, nutricionais, reduzindo a pseudo passividade dos territórios e atores periféricos.

No entender de Boiser (1997) o desenvolvimento territorial consiste numa expressão ampla que inclui o desenvolvimento das pequenas localidades, mudanças de ordem sócio-econômica, de caráter estrutural, em determinados espaços geográficos, com sistemas e processo decisórios democraticamente construídos. Para o mesmo autor, o desenvolvimento territorial baseia-se em três objetivos: a) aperfeiçoamento do território entendido como um sistema físico e social estruturalmente complexo, dinâmico e articulado; b) o aperfeiçoamento da comunidade (*Gemeinschaft*) e sociedade (*Gesellschaft*) que habita esse território; e, c) o aperfeiçoamento, formação de cada pessoa, que pertence a essa comunidade e habita o território. Assim, percebe-se que o desenvolvimento territorial não se restringe ao crescimento econômico, como também, consiste na articulação dos atores na busca de atender, além das

necessidades econômicas, também as demandas sociais, culturais, potencializando tanto capitais tangíveis quanto aspectos intangíveis (Dallabrida, Siedenberg, Fernández, 2004).

Neste espaço situa-se o cooperativismo como prática social, com dimensões culturais, políticas, econômicas e ganha importância

a práxis de um cooperativismo autônomo, autogestionário e solidário, que inova no espaço da empresa-comunidade humana e também na relação de troca entre os diversos agentes; nosso argumento é que a sociedade precisa superar a relativa inércia a que se submeteu, superando a cultura da reivindicação e da delegação, como suas alienadoras práticas paternalistas e assistencialistas, por uma cultura do auto-desenvolvimento, de auto-ajuda, de complementaridade sólida; o associativismo e o cooperativismo autogestionários, transformados em projeto estratégico, podem ser os meios mais adequados para a reestruturação da sócio-economia (ARRUDA, 1996, p. 7).

Abdalla (2002) entende o princípio da cooperação como o eixo racional fundamentador, oposto ao princípio da troca competitiva. A cooperação, afirma o mesmo autor, além de garantir a vida de um grande número de pessoas (até porque nem todas estão inseridas nesta dinâmica social), possibilita uma maior aproximação do universo humano à práxis que possibilitou a existência e a continuidade da espécie humana. “É a possibilidade de reencontro com a sua essência, perdida pelas conformações históricas fundamentadas na exploração” (op. cit. p. 102), que a dinâmica da cooperação busca reconstruir.

De acordo com Maturana (2002, p. 185), foi o princípio da cooperação que possibilitou a origem da espécie humana e não a competição. A “origem antropológica do *Homo sapiens* não se deu através da competição, mas sim através da cooperação. (...) O que nos faz seres humanos é nossa maneira particular de viver juntos como seres sociais na linguagem”. No entender de Gadamer (2002, p. 657), ter “linguagem significa precisamente um modo de ser completamente distinto da vinculação dos animais ao seu meio ambiente. (...) Aquele que tem linguagem “tem” o mundo”.

A afirmação da cooperação, entre a espécie humana, não é uma mera proposição teórica alternativa às proposições de ordem competitiva e concorrencial. Ela é um fundamento concreto do ser humano, uma “categoria, de ordem ontológica e antropológica” (Abdalla, 2002, p. 112). A cooperação como referencial das relações e estratégia de reprodução social, de acesso aos ativos e atores, por parte das famílias rurais, traz algumas implicações nas relações sociais de produção, nas relações de sociabilidade e nas relações de troca. Subsumida à cooperação

a economia deixaria de ser o ritual oblativo ao deus mercado e o palco no qual se efetivam as relações de troca competitiva e passaria a ser a práxis humana produtora e distribuidora dos bens necessários ao sustento de toda a humanidade. O mercado deixaria de ser o princípio fundamentador para ser apenas um fenômeno decorrente desta práxis e a seu serviço. Ele voltaria a ser uma atividade humana e

perderia o status de princípio nomológico que reina sobre as relações humanas (Idem, p. 113).

As relações de troca fazem parte integrante da sociedade humana. O intercâmbio entre as pessoas e entre os grupos sociais faz parte da essência da humanidade, caracterizando a dimensão coletiva do ser humano. As relações de troca de dão no espaço do mercado, mediadas pelo dinheiro. No entanto, distinto da compreensão capitalista do dinheiro e do mercado, Abdalla (Idem., p. 128), entende que nas relações sociais de cooperação, é “possível um mercado que inclua as pessoas e que seja cooperativo e solidário”.

De acordo com Arruda (1996, p. 24) é necessário “repensar o mercado como uma relação social, entre seres humanos”. Organizar o mercado, sob a ótica da cooperação e da solidariedade humana dialoga com o resgate da identidade e dos propósitos iniciais da economia, de suas raízes,

enquanto *oikonomia*, o estudo do abastecimento do *oikos*, o lar do ser humano, que tem, por uma feliz coincidência, a mesma raiz semântica que ecologia. (...) a economia deixou de estudar os meios para o bem-estar do ser humano e se transformou em um fim em si mesma, uma ciência na qual tudo o que não tem valor monetário e tudo a respeito do que não se pode estabelecer um preço não tem valor (GUIMARÃES, 2001, p. 65).

Ante este quadro, a cooperação e do cooperativismo e sua relação com o desenvolvimento territorial rural, tomam um sentido novo, tanto pela capacidade de crítica às práticas tradicionais das cooperativas e afirmar uma nova dinâmica de organização da agricultura familiar. O cooperativismo regata a sua contribuição no processo de desenvolvimento territorial rural. As famílias rurais formam cooperativas, cooperam movidas por interesses e pela possibilidade de satisfação de suas necessidades. Para uns a cooperação pode estar mais vinculada à satisfação de suas necessidades, para outros está vinculada ao atendimento de seus interesses. No entanto,

ao se estudar a história da cooperação fica claro que as razões fundamentais sempre estiveram no campo da economia, isto é, da produção e da distribuição de bens e riquezas. A economia consiste no esforço técnico e político de produzir e distribuir bens e riquezas, em função de necessidades ou interesses (FRANTZ, 2005, p. 85).

Ao longo da história da humanidade a cooperação esteve presente. É uma luta permanente contra as dificuldades que as pessoas foram encontrando na dinâmica da produção e de distribuição daquilo que necessitavam para viver e se reproduzir. Essa é uma história vinculada à economia das necessidades. No período mais recente da história e dinâmica da cooperação, as necessidades cederam lugar para os interesses corporativos e pessoais. Muda-se da economia das necessidades para uma economia dos interesses (Frantz, 2005). Persistem, no entanto, as lutas cotidianas de uma parcela significativa da humanidade para a satisfação de suas necessidades elementares, como o alimento e a água.

Tendo presente a dinâmica conflituosa das razões da cooperação, o atendimento das necessidades e a satisfação dos interesses, há formas e instrumentos de manutenção de uma rede de solidariedade entre os associados. Existe um mecanismo social que rompe o individualismo para formar e constituir dinâmicas de cooperação efetivas, capazes de contribuir na melhora da qualidade de vida das famílias.

Franco (2001) denomina esta dinâmica de capacidade de comunidade, a partir do que a existência do capital social representa e significa, neste contexto. O capital social<sup>2</sup> constitui uma variável, um fator de desenvolvimento territorial, distinto do capital humano, do capital construído e do capital natural. Na presença deste capital (ativo), constata-se que:

- a) as sociedades, ou parte delas, exploram melhor as oportunidades ao seu alcance;
- b) as organizações tornam-se mais eficientes;
- c) os chamados “custos de transação” são reduzidos;
- d) as instituições funcionam melhor;
- e) reduz-se a necessidade de usos da violência da regulação dos conflitos;
- f) mais bens públicos (e privados) são produzidos;
- g) mais atores sociais são constituídos; e
- h) a sociedade civil torna-se mais forte (Idem., p. 50).

Em segundo lugar, diz o mesmo autor, que quanto maior for a presença desta variável, mais rápida, mas intensa ou mais duradouramente os efeitos, anteriormente citados manifestam-se. Em terceiro lugar, o fator capital social, depende das relações sociais, estáveis e duráveis, estabelecidas entre as pessoas e grupos sociais, entidades de uma mesma sociedade.

A capacidade de comunidade a que se refere o capital social, diz respeito

à capacidade de viver em comunidade, *lato sensu*, ou seja, de interagir socialmente de sorte a criar e manter contextos onde se manifeste um *ethos* de comunidade [...] (o qual) consiste em uma classe particular de interações sociais que promovem: a) o reconhecimento mútuo; b) a confiança; c) a reciprocidade e a ajuda mútua; d) a solidariedade; e, e) a cooperação (op cit., p. 54).

A fundamentação e explicitação da capacidade de comunidade, entre os seres humanos, transcendem as explicações da teoria econômica dos jogos, segundo a qual o ser humano é visto como um ser puramente racional, o que inclusive limita a busca pela solução dos chamados dilemas da ação coletiva (Franco, 2001). Teoria que parte de um entendimento idealista dos seres humanos, os quais sempre se orientariam por escolhas racionais, especialmente na área da economia. A capacidade de comunidade, de cooperar, é

constituída, fundamentalmente, pela capacidade que tem o ser humano de colaborar ou de cooperar com os outros seres humanos. Este último termo é melhor por ser mais abrangente: ‘co-laborar’ evoca a noção de trabalho conjunto, enquanto ‘co-operar’ se refere a quaisquer (oper)ações conjuntas, algumas delas fundamentais porquanto constitutivas do humano (Idem., p. 67).

---

<sup>2</sup> Franco (Idem., p. 69-90) afirma que a idéia de capital social é bastante debatida entre os teóricos, sejam eles das áreas de economia, sociologia, política, filosofia, entre os quais as diferenças são enormes. Para o autor, “o conceito só foi elaborado de uma maneira completa pelos sociólogos Pierre Bourdieu e James Coleman” (p. 71).



## **Desenvolvimento territorial rural e acesso a ativos e a atores**

A abordagem baseada no acesso a ativos de capital e atores entende o desenvolvimento territorial rural observando a capacidade de reprodução das famílias rurais e as várias opções que compõem as estratégias de vida envolvendo atividades agrícolas e não-agrícolas e também a capacidade para acessar e coordenar um conjunto de ativos de capital e atores da sociedade civil, do Estado e o mercado. A unidade familiar constitui o fulcro elementar da análise. A abordagem busca caracterizar as distintas atividades e fontes de renda que as famílias acessam para viabilizar as condições de sobrevivência ou qualificar o nível de vida em razão do acesso e da capacitação para o acesso a recursos e atores sociais (Basso, 2004). Uma referência voltada, primordialmente, para o estudo do desenvolvimento rural, onde as noções de *rural livelihoods*<sup>3</sup> e *livelihood strategies*<sup>4</sup> são fundamentais. A dinâmica de desenvolvimento rural e as estratégias de reprodução social envolvem análises que abarcam as atividades agrícolas e as não agrícolas.

A avaliação das condições de vida no meio rural e da capacidade de reprodução, conforme Bebbington (1999), está fundamentada na análise do acesso que as pessoas ou famílias buscam obter a um conjunto de ativos e outros atores localizados nos espaços da sociedade civil, do Estado e do mercado. É um entendimento distinto daqueles que analisam a agricultura e os agricultores familiares sob o ponto de vista de sua viabilidade ou da não viabilidade. Entende o autor que aqueles estudos apresentam um conjunto de limitações: conflitam noções de subsistência agrária com rural, ignorando as distintas formas como as pessoas e famílias têm se organizado para ganhar a vida e os patrimônios que formaram ao longo do tempo; as análises estão muito restritas aos fatores econômicos como estratégia de reprodução familiar, quando aspectos culturais e sociais são levados em consideração pelas famílias nas suas estratégias; elas estabelecem uma barreira impermeável entre as famílias e unidades de produção viáveis das não-viáveis. No entanto, esse ponto divisório é permeável e móvel, na medida em que ele depende de considerações e referenciais econômicos, sociais, culturais, tecnológicos que vão sendo revistos ao longo da história.

Bebbington (1999) destaca que a análise da estratégia de reprodução adotada pelas famílias rurais abarca um conjunto de ações inter-relacionadas, a saber:

acesso das pessoas a 5 tipos de bens de capital; as maneiras pelas quais elas combinam e transformam esses bens na construção de subsistência, que, até onde é possível, satisfazem suas necessidades materiais e experienciais; as maneiras pelas

---

<sup>3</sup> Condições de vida no meio rural.

<sup>4</sup> Estratégias e ações realizadas pelas pessoas ou famílias para garantir e melhorar as condições de vida.

quais elas são capazes de expandir suas bases de patrimônio através do engajamento com outros atores pelas relações governadas pela lógica do Estado, do mercado e da sociedade civil; e, as maneiras pelas quais elas são capazes de dispor e realizar suas capacidades para não só tornar a vida mais significativa, mas também mais importante para mudar as regras dominantes e as relações que governam as maneiras pelas quais os recursos são controlados, distribuídos e transformados em fluxos de renda. (op cit., p. 1).

Seguindo a análise do mesmo pensador, é oportuno destacar que a capacidade e a possibilidade que as pessoas e as famílias têm em combinar o uso dos diversos tipos de ativos de capital e ao mesmo tempo para melhorar as capacidades de acesso aos ativos, constitui um importante elemento na estratégia de reprodução social e na busca de melhoria da qualidade de vida, com redução da pobreza e das desigualdades. Os bens são entendidos

não somente como coisas que permitem a sobrevivência, a adaptação e o alívio à pobreza: eles também são a base do poder dos agentes de agir e reproduzir, desafiar ou mudar as regras que governam o controle, uso e transformação dos recursos. (...) veículos para a ação instrumental (ganhar a vida), a ação hermenêutica (dar um sentido à vida), a ação emancipatória (desafiar as estruturas sob as quais se ganha a vida). (BEBBINGTON, 1999, p. 5).

A dinâmica relação existente entre a ação instrumental, a ação hermenêutica e a ação emancipatória desencadeada no processo de reprodução social e do desenvolvimento territorial rural dialogam com a capacitação (formação) e empoderamento<sup>5</sup> das pessoas e famílias. Tornar as pessoas, os grupos sociais e suas organizações capazes de participar efetivamente dos espaços presentes nas esferas da sociedade civil, do Estado e do mercado, contribui para a construção de novas relações, tornando-as mais sujeitos do processo de desenvolvimento.

De acordo com Bebbington et al. (2002) o marco conceitual desta abordagem enfatiza a análise nos ativos das pessoas do meio rural e nas estratégias de reprodução adotadas ou combinadas pelas famílias, compreendidas como as formas sob as quais as famílias e pessoas podem inter-relacionar os ativos simetricamente e transformá-los em patamares de níveis e forma de vida. As pessoas e as famílias rurais adotam estratégias de vida que:

Sejam mais consistentes com o conjunto de ativos que uma pessoa controla num determinado momento;  
Reflete suas aspirações de longo prazo, assim como suas necessidades imediatas; e  
Reflete ser a mais viável das oportunidades e restrições impostas pelas circunstâncias econômicas nas quais se operam (Idem, p. 4).

Bebbington (1999) sublinha a necessidade de se ter uma concepção ampla dos recursos que as famílias necessitam acessar no processo da estratégia de reprodução social, passando da base dos recursos materiais para um conjunto de bens, fontes de renda e

---

<sup>5</sup> Delgado (2003, p. 230-231) entende este processo social como uma dinâmica na “qual as pessoas, as comunidades, as organizações, transformam seus recursos em ativos de capital e colocam-se numa posição de poder mudar sua relação com os mercados, o Estado e a sociedade civil. [...] empoderar-se é conquistar poder, ou seja, adquirir a capacidade (o poder) de mudar a posição que se ocupa em um determinado campo social de disputa (no caso o desenvolvimento rural)”.

mercados de produtos e de trabalho. Destaca o acesso a cinco tipos de ativos que influenciam as estratégias de reprodução das famílias rurais: capital produzido, capital humano, capital social, capital cultural e capital natural.

Capital humano: são os ativos que a pessoa possui que a caracterizam, como “conhecimento, saúde, competências, tempo, etc” (Bebbington et al., 2002, p. 4). O capital humano é passível de ser aumentado pelos investimentos feitos ou acesso à saúde, educação ou pelas aprendizagens feitas no espaço e nas atividades do trabalho. Um processo de permanente formação individual e coletiva. Kliksberg (2001) destaca que na formação desse ativo a família desempenha um papel importante. Ela contribui na constituição da pessoa, a sua estabilidade psíquica e educação. A densidade e a qualidade dos serviços de educação e saúde, essenciais na formação do capital humano, dependem da oferta e qualidade dos serviços prestados pelo Estado e suas políticas públicas (Basso, 2004).

Capital social: são os ativos fruto das relações interpessoais e da participação em organizações. Essas relações comunitárias e organizações contribuem e facilitam o acesso a outros recursos e atores (Bebbington, et al., 2002).

Capital cultural: refere-se aos “recursos e símbolos que alguém possui como resultado de cultura da qual faz parte”, diz Bebbington et al. (2002, p. 4). Kliksberg (2001) enfatiza o elemento da cultura de cada povo como componente importante no processo de desenvolvimento. A cultura engloba valores, princípios, referenciais, símbolos, significados capazes de definir a identidade de um povo, grupo social ou nação.

Capital natural: “ativos em forma de qualidade e quantidade de recursos naturais aos que se tem acesso” (Bebbington et al., 2002, p. 4). São os ativos relacionados à quantidade e qualidade de terras, disponibilidade e preservação da água (fontes, rios, subterrânea, sangas), às florestas, fauna, condições agroecológicas, ao ar. Ellis (2000) pondera acerca dos usos dos diferentes ativos de capital natural conforme sua capacidade agroecológica e também que se evidencie e privilegie, dentre os recursos naturais relativos às principais estratégias de reprodução social das famílias rurais, aqueles cuja renovação seja possível ou mesmo a renovação seja administrada, com reflorestamentos, manejo do solo, sem esquecer os recursos naturais não renováveis.

Capital produzido: “chamado capital tangível (...) o qual inclui ativos físicos (na forma de infraestrutura, tecnologia, gado, sementes, etc.) e ativos financeiros (na forma de dinheiro, capital de trabalho e ativos físicos que são facilmente convertidos em dinheiro”, caracteriza Bebbington et al.(2002, p. 4). Recursos materiais que podem ser utilizados no processo produtivo rural como máquinas, equipamentos, instalações, insumos, sementes, como também

aqueles destinados ao uso doméstico (eletrodomésticos, móveis). A esses materiais somam-se os recursos financeiros (as linhas e programas e condições de financiamento, os fundos de consumo e de investimento) e os recursos tecnológicos (produtos, sementes, conhecimento). Ellis (2000, p. 33) amplia esta compreensão dos ativos produzidos para as áreas de infraestrutura e de comunicação (estradas, energia elétrica, telefone, cursos d'água). Os ativos financeiros não se restringem apenas aos acessos de créditos e financiamento ou às formas de capitais produtivos, mas a outras formas de obtenção de recursos de que as famílias lançam mão, conforme necessidade e disponibilidade, transformando-os em ativos financeiros. É a conversão em dinheiro ou consumo de algum animal de trabalho ou outros estoques realizados.

O uso ou a combinação dos distintos ativos pelas famílias rurais, nas suas estratégias de reprodução social, não se dá da mesma forma e ao mesmo tempo. A temporalidade da estratégia utilizada na reprodução social é um dos fatores a ser considerado. A estratégia utilizada hoje, como por exemplo, o uso intensivo de um determinado ativo (a terra) poderá ensejar seu esgotamento a longo prazo, caso não venha combinado com formas de preservação ou combinado com o acesso a outros ativos. Por outro lado, as características e identidades dos grupos sociais também interferem nas estratégias adotadas para a reprodução social e também no uso dos ativos ou na sua combinação de uso. O mercado e seus mecanismos também influenciam na forma de uso de um determinado ativo. São os interesses econômicos determinando o ritmo e a intensidade do uso, como no caso da criação intensiva de suínos ou no cultivo de culturas (milho, soja). O Estado através de programas, de políticas públicas, constitui outro agente de influência na definição das estratégias de usos e combinação de ativos, na reprodução social. Ele poderá fazê-lo através da disponibilização de linhas de créditos, concessão de incentivos, tributação, legislação.

Assim, nos casos onde as famílias tem acesso à terra e onde as condições de mercado agrícola são favoráveis, existe uma grande possibilidade para que as pessoas possam perseguir estratégias de vida baseadas na agricultura. Pelo contrário, em outros casos em que as famílias têm pouca terra, porém possuem habilidades que são demandadas pelo mercado de trabalho, assim como redes de relações que facilitam seu acesso a estes mercados, então será mais provável que ao menos alguns dos membros da família persigam estratégias de vida baseadas no emprego não-agrícola (BEBBINGTON et al., 2002, p. 4-5).

A dimensão do tempo interfere nas estratégias de reprodução social das famílias rurais. As práticas atuais podem ser distintas das suas estratégias para o futuro. Aquilo que hoje ocupa o maior esforço e tempo não reflete, automaticamente, as aspirações para o futuro. Portanto, pode ser que uma estratégia de vida tenha interface em dois níveis, simultaneamente. As pessoas e famílias, acessando e utilizando recursos capazes de satisfazer

as necessidades momentâneas e buscando acessar ativos que acumulados, permitirão a eles alcançar formas e níveis de vida distintos dos atuais.

O acesso aos ativos e atores requer uma organização das pessoas em entidades, movimentos sociais, em redes. A organização

desempenha um papel importante para ajudar a ação das pessoas não apenas no sentido de buscarem melhorar as suas condições de vida, mobilizar e defender ativos, mas também para facilitar-lhes o acesso aos demais atores situados nas esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil, abrindo caminho para mudar relações e, por consequência, as próprias condições de acesso (BASSO, 2004, p. 36).

As esferas da sociedade da sociedade civil, do Estado e do mercado têm sua própria organização o que influencia a forma de distribuição, o controle e a transformação de ativos, diz Bebbington (1999, p. 35). O acesso ao mercado e a melhoria da qualidade de vida decorrente desse acesso está sujeito às determinações típicas nas trocas comerciais. O Estado que opera através de agências, políticas, departamentos e órgãos, determina as formas de acesso e inclusão das pessoas em suas decisões e programas. Da mesma maneira, as organizações da esfera da sociedade civil, dadas as suas formas e particularidades de funcionamento, finalidade, também delimitarão o acesso das pessoas e influenciarão nos impactos sobre a melhoria das condições de vida das famílias.

A garantia de melhora nas condições de vida está vinculada às capacidades que as pessoas têm ou precisariam ter para localizar-se melhor nas relações e transações de cada um dos atores, aproveitando melhor cada esfera e combinando com as demais esferas as suas estratégias (Bebbington, 1999).

Na dinâmica do acesso aos atores localizados nas esferas do Estado, sociedade civil e do mercado, um ativo constitui um dos elementos centrais: o capital social. O capital social é um dos ativos a ser acessado nas estratégias de reprodução social e combinado com outros bens, dizem Bebbington et al. (2002). Por outro lado, ele é um elemento fundamental que, quando existente, auxilia no processo de acesso aos atores e ativos. Para os mesmos autores, o acesso a atores e ativos se constitui no ponto chave para que haja a condição de reprodução social e de melhoria da qualidade de vida.

A importância do capital social na estrutura de análise de Bebbington (1999, 2002) é importante pela popularização do termo. Coloca em debate um conjunto de temas não analisados pelas políticas e teorias dominantes e sugere de forma capilar que

a dimensão social da existência humana pode ser tão importante com as dimensões econômicas; que o social subjaz a qualquer outra ação econômica ou política (quer dizer, que tudo está integrado); e que o social constitui uma dimensão da qualidade de vida tão importante com a econômica (BEBBINGTON, 2005, p. 22).

O mesmo autor entende que o capital social se constitui num dos ativos fundamentais nas estratégias de vida adotadas pelas famílias para melhorar a sua qualidade de vida, acessar os ativos e atores, capacitar-se e empoderar-se para acessar e combinar melhor o uso e conservação dos ativos. Estratégia de vida concebida como

a forma mediante a qual uma pessoa procura satisfazer certos objetivos de vida, através do uso, a combinação e a transformação de um conjunto de ativos. Estes objetivos de vida podem ser de vários tipos: aumento da renda, melhoramento da experiência e qualidade de vida, e empoderamento (*empowerment*) sócio-político. Quer dizer, eles não se reduzem sempre nem exclusivamente ao progresso econômico (Idem, p. 24).

Voltando à temática do capital social e seguindo a linha de pensamento de Bebbington (2005), existe uma estreita ligação entre o capital social e as estratégias para a superação da pobreza. O autor identifica três tipos de capital social que, combinados ou utilizados, poderão contribuir na redução das desigualdades e melhorar os níveis de vida. Os tipos de capital social identificados pelo autor, são: a) capital social de união, referindo-se às relações mais próximas entre as pessoas (família, vizinhança, comunidade). Um capital restrito em dois sentidos: em termos sociais, restrito a poucas pessoas e, em termos geográficos, restrito a um espaço determinado; b) capital social de ponte. Este refere-se aos nexos que vinculam as pessoas e grupos afins, em distintos lugares geográficos. Constituem relações que superam as proximidades de união. Exemplo de manifestação deste capital são as comunidades rurais, as formas federativas de organização das pessoas; e, c) capital social de “escada”, representados pelas relações presentes entre grupos e pessoas de distintas identidades e diferentes graus de poder sócio-político. Este capital está presente nas relações minimamente consolidadas entre pessoas e comunidades e as agências públicas ou organizações não governamentais. São relações que facilitam o acesso a esferas políticas, a recursos administrados por agências externas.

Os três tipos de capital social podem facilitar o acesso a ativos e atores e contribuir na satisfação de certos objetivos de vida. O capital social de união pode facilitar o acesso aos recursos da localidade e de forma mais célere, especialmente em momentos de crise ou emergências. É um tipo de capital social que dá o sentimento de pertinência, de estar junto.

As formas de capital social, de ponte e de “escada” oferecem acesso a tipos de ativos e níveis de melhoria de satisfação e na estratégia de vida das famílias rurais. Esses capitais utilizados poderão influir nas políticas, agências, nos acessos aos ativos e atores. No entanto, diz Bebbington (2005), somente através da organização em federações ou confederações que se tornará possível exercer pressões para alterar as políticas e as regras que determinam a distribuição de ativos. Neste nível de organização, será possível incidir sobre as agências que

controlam a oferta de ativos, como sobre os governos e suas estruturas. Igualmente, pela via do capital social de “escada” que se torna possível o acesso a certos tipos de recursos públicos ou externos, nacionais ou internacionais. Mediante o capital social de “escada” e de ponte, conjugados, acessar-se-á os espaços políticos administrativos onde são definidas as políticas sociais. Um exemplo desta dinâmica é a experiência do Orçamento Participativo, implantado em diversos municípios brasileiros e no estado gaúcho no governo passado.

Nas estratégias de vida e na busca de superação da pobreza, é possível afirmar que

o capital social de união serve para a sobrevivência – literalmente, em inglês, é um capital social que permite às pessoas *to get by* (ir passando). Oferece – pelo menos potencialmente – acesso a formas de reciprocidade, a possibilidade de compartilhar recursos (por exemplo, em bancos comunitários). (...) é um capital social que pode permitir um alívio da pobreza, porém, não a sua superação.

Por outro lado, os capitais sociais de ponte e escada oferecem a possibilidade de acessar recursos que existem fora da localidade ou das estruturas sociais locais, recursos de outro tipo e potencialmente de outro nível. (...) são um capital que permite avançar (*to get ahead*). Vale dizer, constituem um capital social que se presta melhor para a superação da pobreza (op. cit., p. 29).

O acesso aos distintos atores que atuam nas esferas da sociedade civil, do Estado e do mercado é influenciado pelas condições primárias que as pessoas e famílias têm quanto a ativos de capital que cada qual possui (Bebbington, 1999). As dotações de terra (capital natural), os recursos financeiros ou patrimoniais (capital produzido), a participação em organizações (capital social), as condições de saúde e os níveis de educação e capacitação (capital humano) interferem diretamente no acesso aos atores da sociedade civil, do Estado e do mercado (Basso, 2004). Influenciam as formas e a qualidade, do acesso aos atores.

Seguindo a trilha do pensamento de Bebbington, Basso (2004, p. 39) afirma que a abordagem do acesso a atores e ativos deve considerar na sua avaliação a capacidade de reprodução social das famílias rurais, numa perspectiva da redução da pobreza e das desigualdades. Considerar

os diversos ativos que os grupos familiares rurais utilizam para garantir a sua sobrevivência; as formas e meios pelos quais os grupos familiares são capacitados para acessar, defender e manter estes ativos; e, a capacidade que os grupos familiares possuem para transformar tais ativos em renda, dignidade, poder e sustentabilidade.

Esta dinâmica requer um olhar mais abrangente sobre a agricultura e suas trajetórias de desenvolvimento. Não reduzir apenas as análises sobre a atividade agrícola em si, mas visualizar os tipos de bens e ativos que as famílias possuem, mantêm, reproduzem, a que têm acesso ou a que buscam acessar, na formatação de suas estratégias de reprodução social, da redução da pobreza e desigualdades e melhoria das condições de vida. Atentar aos processos

de capacitação<sup>6</sup> e formação das famílias para poder acessar melhor os ativos e atores das esferas institucionais e do mercado também deverão ser observados. Este conjunto poderá incidir na estratégia de vida e na sua qualidade de vida buscada.

### **Cooperativismo de crédito solidário – Crasol de Santo Cristo (RS)**

A cooperação é uma ação humana concreta, objetiva, que tem suas características peculiares conforme as especificidades históricas de cada período e normalmente resulta da interação social, dos movimentos sociais. Touraine (1998, p. 254) entende que o “movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural. (...) visa sempre a realização de valores culturais”. O conflito social presente no cooperativismo está relacionado com a distribuição das riquezas, as oportunidades sociais, a luta por melhores condições de vida e o reconhecimento da liberdade de organização (Frantz, 2005). Ao mesmo tempo que afirma a solidariedade humana, ante ao individualismo, busca construir novos fundamentos de relações humanas, capazes de produzir qualidade de vida e um novo processo de desenvolvimento.

Uma das primeiras organizações de cooperação formal entre os agricultores imigrantes e também na região em tela, foram as Caixas Econômicas Rurais (*Sparkasse*). Com uma estrutura de funcionamento bastante reduzida, por vezes restrita ao cofre onde era guardado o dinheiro, na casa de umas das pessoas responsáveis pelo atendimento e controle, ou até mesmo no clube social da localidade, possuíam uma área de atuação restrita, por vezes circunscrita a uma determinada localidade ou município. As Caixas Rurais constituíram formas cooperativas para garantir o acesso ao crédito e espaço de depósito do dinheiro oriundo do comércio realizado, além de sua interface com o desenvolvimento local. Riedl e Vogt (2003, p. 174) afirmam que “a fundação das Caixas Econômicas Rurais do sistema Raiffeisen. (...) as Caixas de Crédito e Empréstimo viriam a se tornar importantes fomentadoras de desenvolvimento local/regional”.

O sistema Cresol surge num ambiente de ampla atividade política, cultural e organizativa das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) da Igreja Católica, e de uma rica experiência de organizações sindicais e populares como uma dos desdobramentos dos fundos rotativos, criados na década de 1980, financiados por entidades internacionais de apoio ao

---

<sup>6</sup> Capacitação não entendida como preparação técnica, mas como um processo de empoderamento, fonte de poder (Sen, 2000) e aquisição de competências (Freire, 1999) e saberes apropriados.



desenvolvimento da agricultura familiar. Os fundos eram administrados pelos próprios agricultores e constituíam uma forma de reação à exclusão bancária tradicional. Uma atividade oriunda do sudoeste e centro-oeste do Paraná, posteriormente organizado em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul (Bittencourt; Abramovay, 2001).

A CRESOL de Santo Cristo, criada em 2003, está vinculada à Cresol Central, que atua nos dois Estados do Sul do Brasil: Rio Grande do Sul e Santa Catarina e está localizada em Chapecó (SC), atende aos objetivos basilares do sistema, qual seja, “ser um instrumento de fortalecimento do desenvolvimento local. Disponibilizar o crédito na perspectiva do desenvolvimento e com duas análises paralelas: uma econômica e outra social. [...] alavancar o desenvolvimento local, melhorando a qualidade de vida no meio rural” (CRESOL CENTRAL, 2005, p. 3-4).

A Cresol, unidade de Santo Cristo, conforme dados de outubro de 2005, é integrada por 1.341 associados, formada por agricultores familiares, cuja característica fundiária encontra no quadro 01, abaixo.

Quadro 01 – Caracterização dos associados da Cresol/Santo Cristo, de acordo com a estrutura fundiária – 2005.

Situação/Área	N.º de associados	%
Mora com os pais	385	28,71
Arrendatário	97	7,23
Menos de 10ha	307	22,90
De 10 a 19ha	247	18,42
De 20ha	78	5,82
De 21 a 25ha	151	11,26
De 26 a 40ha	68	5,07
Acima de 40ha	08	0,60
<b>Total</b>	<b>1.341</b>	<b>100</b>

Fonte: Cresol Santo Cristo.

O critério para associar-se à cooperativa, conforme determinação estatutária, é a condição de agricultor familiar, não podendo possuir imóvel rural superior a quatro módulos rurais, permitida a associação de mais de um membro por unidade familiar. É facultada a associação de pessoas físicas que exercem atividades estritamente vinculadas à agricultura familiar, como assistência técnica. Permite ainda a associação dos funcionários da cooperativa. As pessoas jurídicas passíveis de associação são aquelas que mantêm vínculos diretos com a agricultura familiar, cuja atividade comercial estiver centrada primordialmente com este grupo social, ou ser fornecedor de materiais ou produtos, de projetos implementados pela Cresol.

Quando da associação, o cooperado, realiza uma capitalização mínima de R\$ 100,00 (cem reais), tornando-se sócio efetivo que é integralizada ao patrimônio líquido da instituição, ficando retida pela cooperativa durante o tempo de associação do integrante. A capitalização serve de referencial do patamar máximo de endividamento dos associados, ficando em no máximo doze vezes a cota de capital. Outra modalidade de vinculação ao sistema Cresol é a associação para realização de serviços de poupança.

O crédito constitui o instrumento central da cooperativa, é concedido ao associado após uma avaliação do comitê de crédito, formado pela diretoria e conselho fiscal. Este comitê avalia os riscos de crédito dos tomadores do empréstimo, com base em informações buscadas pelos agentes comunitários de crédito da respectiva localidade, informações adicionais fornecidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Também são válidas as informações prestadas pelos órgãos de assistência técnica, no caso da EMATER.

O quadro evolutivo da cooperativa, desde a sua fundação até 2005, apresenta um crescimento considerável, desde o ponto de vista do número de associados, depósitos captados, volume de recursos disponibilizados em créditos, crescimento do patrimônio, como pode ser demonstrado no quadro 02.

Quadro 02 – Indicadores do desempenho da Cresol – Santo Cristo – 2003 a 2005.

Ano	2003	2004	2005
Associados	350	900	1.341
Patrimônio líquido (R\$ 1,00)	160.000	230.000	344.350
Depósitos à vista (R\$ 1,00)	70.000	180.000	331.920
Depósitos a prazo (R\$ 1,00)	200.000	370.000	822.348
Volume total de créditos concedidos (R\$ 1,00). (a+b)	1.160.000	2.720.000	4.171.618
a) Recursos próprios (R\$ 1,00)	500.000	900.000	1.041.618
b) Repasse de recursos (R\$ 1,00). (c+d)	660.000	1.820.000	3.130.000
c) Custeio (R\$ 1,00)	560.000	1560.000	2.200.000
d) Investimento (R\$ 1,00)	100.000	260.000	930.000

Fonte: Cresol Santo Cristo.

O sistema Cresol trabalha com uma variedade de linhas de crédito e programas que atendem às necessidades da agricultura familiar. Disponibiliza linhas de financiamento que incluem o micro-crédito, repasse de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. O Programa Social Habitacional de Interesse Social – PSH Rural, é outro programa federal implementado localmente pela Cresol. Constitui uma política pública que visa construir casas para os agricultores familiares de baixa renda.

O Sistema Cresol possui diversos tipos de garantias para realizar os empréstimos. Nos créditos de menor valor pecuniário, a própria cota de capitalização serve de garantia, dado que há um limite de crédito, de até doze vezes o valor da cota integralizada. Os empréstimos de valores monetários maiores exigem o aval de uma pessoa, com penhora ou hipoteca de algum bem, dependendo do valor emprestado ou da modalidade de financiamento. Nas linhas de crédito do PRONAF, somente no Pronaf D, exige-se penhor ou avalista. No caso do Pronaf C exige-se como garantia de pagamento do empréstimo o aval solidário. Esta modalidade de financiamento é realizada, geralmente, por um grupo de cinco famílias, as quais tornam-se avalistas umas das outras. É uma modalidade de financiamento e de avalista que exige um compromisso mútuo no pagamento, confiança recíproca.

As famílias rurais enfrentam um conjunto de dificuldades para acessar ativos de capital (financeiro), junto aos estabelecimentos bancários, como falta de informação quanto às possibilidades de financiamento, linhas e programas disponíveis; demasiadas exigências para acessar o crédito; custos administrativos na manutenção de conta bancária, taxas específicas; discriminação, ou seja, o crédito é concedido para quem tem renda maior e para aquelas pessoas que buscam quantias mais elevadas; demora na análise, aprovação e liberação dos recursos; ausência de recursos para as finalidades específicas da agricultura familiar, especialmente o micro-crédito; e, falta de vontade de criar estes créditos para além das culturas tradicionais (milho, soja e trigo).

As dificuldades apresentadas indicam sério limite de acesso a crédito e financiamentos. As restrições são de natureza econômica e política. Econômica porque os custos dos financiamentos disponíveis são elevados demais para serem pagos pela agricultura familiar, custos administrativos da conta e os valores disponibilizados são para aqueles agricultores em situação econômica mais favorável do que a maioria dos sócios da Cresol. Quanto a restrições de natureza política, ela reporta à ausência de recursos financeiros, via crédito, para as necessidades específicas da agricultura familiar. Os bancos não disponibilizam e não instituem linhas para atender o público da agricultura familiar, exceto os programas governamentais de crédito, nas suas especificidades. A opção é pelo público que tem possibilidades de financiar volumes maiores de recursos, que apresenta garantias de pagamento e a produção das culturas tradicionais.

Kliksberg (2001, p. 151), ao analisar as desigualdades econômicas e sociais da atualidade e a relação que estas desigualdades apresentam e limitam o desenvolvimento, aponta as restrições de acesso ao crédito como fator determinante para a manutenção destas desigualdades, denunciando a discriminação e seleção no acesso ao crédito, já que apenas 5%

do crédito do sistema financeiro é concedido a pequenas e médias empresas. As limitações de acesso aos serviços de crédito rural constituem um fator limitante às iniciativas de fomento da economia local (Brose, 2000).

Para os agricultores associados ao sistema Cresol Santo Cristo, o acesso ao crédito é considerado fundamental para realizar o processo produtivo e sua manutenção e reprodução social. A Cresol apresenta um conjunto de vantagens aos seus membros: participação nas definições da cooperativa; seriedade e transparência na administração da cooperativa; menos custos financeiros (taxas e juros); menos burocracia na obtenção do crédito; agilidade e rapidez na análise, aprovação e liberação dos recursos dos projetos; não há exigência de movimentação financeira; crédito disponível conforme as necessidades das famílias; disponibilidade de crédito conforme o volume necessário, no micro-crédito; busca de outros programas, além do crédito, para o desenvolvimento da agricultura familiar; oferta de informações acerca de programas, linhas de crédito; é uma organização dos pequenos – “é algo nosso”; e, trabalha em conjunto com outras entidades dos agricultores, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, outras cooperativas.

As redes sociais que interagem neste espaço permitem a redução das incertezas e custos financeiros dos créditos, pois

o caráter localizado e a intencional limitação de tamanho das cooperativas permitem, em princípio, que as redes sociais que a constituem abram caminho para uma significativa redução dos custos de transação bancária, explicando assim o paradoxo delas serem economicamente mais viáveis que os sistemas convencionais, quando se trata de atingir este tipo de público. Ao mesmo tempo, elas funcionam a partir de um conjunto de controles externos, objeto de administração financeira padronizada que indicam claramente o potencial de expansão e universalização do sistema (BITTENCOURT; ABRAMOVAY, 2001, p. 204 )

No sistema cooperativo de crédito da Cresol o grau de inserção da cooperativa junto à comunidade possibilita que, por meio da participação dos agentes de desenvolvimento e crédito, do comitê de crédito, da relação com o STR e a Emater, seja possível aproveitar a teia social na qual o sistema creditício está inserido para aumentar o grau de informações do tomador de crédito. Pode-se dizer que as relações que permeiam os atores e associados, neste caso, é de confiança mútua.

### **Consideração final**

O desenvolvimento territorial rural depende sobremaneira do acesso das famílias a um conjunto de recursos naturais, culturais, organizacionais, tecnológicos como também das

possibilidades afetivas de diversificar, inter-relacionar e qualificar esses recursos e de sua capacidade para transformar o conjunto de recursos num processo de empoderamento individual e coletivo, melhorando suas relações comunitárias e sociais e com as organizações da sociedade civil, do mercado e do Estado. Na forma de buscar o acesso aos ativos de capital e atores, a cooperação se constitui no elemento fundante de êxito das estratégias adotadas.

## REFERÊNCIAS

ABDALLA, Maurício. *O princípio da cooperação: em busca de uma nova racionalidade*. São Paulo: Paulus, 2002.

ABRAMOVAY, Ricardo. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. In: *Economia Aplicada*, São Paulo: USP/FIPE, v. 4, n. 2, 2000. p. 379-397.

\_\_\_\_\_. *O futuro das populações rurais*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

ARRUDA, Marcos. *Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa*. Rio de Janeiro: PACS, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Trad. Sandra Vasconcelos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 1997.

BASSO, David. *Desenvolvimento local e estratégias de reprodução das famílias rurais: abordagens sobre o desenvolvimento rural na região Noroeste do Rio Grande do Sul*. UFRRJ, 2004. Tese de Doutorado.

BEBBINGTON, Anthony. *Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty in the Andes*. London: IID-DFID, Policies that work for sustainable agriculture and regenerating rural economies, 1999.

\_\_\_\_\_. et al. *El programa de cofinanciamento de Holanda y sus contribuciones al desarrollo rural em las zonas altas de Peru y Bolivia*. Informe de pesquisa. Boulder Colorado, 2002.

\_\_\_\_\_. *Estrategias de vida y estrategias de intervención: el capital social y los programas de superación de la pobreza*. In: ARRAIGADA, Irma (org.). *Aprender de la experiencia: el capital social en la superación de la pobreza*. Santiago: CEPAL, 2005. p. 21-46.

BITTENCOURT, Gilson A.; ABRAMOVAY, Ricardo. *Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar: o sistema Cresol*. In: *Revista Economia Ensaios*, Uberlândia: EDUFU, v. 16, n. 1, 2001. p. 179-208.

BOISIER, Sergio. *El vuelva de una cometa: una metamorfose para una teoría del desarrollo territorial*. Santiago: ILPES/CEPAL, 1997.

BROSE, Markus. *Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho*. Santa Cruz do Sul: Ed. EDUNISC, 2000.

CRESOL CENTRAL. *Minha Casa*. Chapecó: Deborah Matte, jun., 2005.

DALLABRIDA, Valdir Roque; SIDENBERG, Dieter Rugard; FERNÁNDEZ, Victor Ramiro. *A dinâmica territorial do desenvolvimento: sua compreensão a partir da análise da trajetória de um âmbito espacial periférico*. In: II Seminário Internacional sobre desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2004.

ELLIS, Frank. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: University Press, 2000.

FAVERO, Celso Antônio; GRAMACHO, Zoraide da Silva. *O desenvolvimento territorial rural e a universidade*. In: Informe Gepec. Toledo: Ed. UNIOESTE, v. 8, n. 2, jul/dez., 2004. p. 135-166.

FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

FRANCO, Augusto. *Capital social*. Brasília: Instituto de Política Millenium, 2001.

FRANTZ, Walter. *Reflexões e apontamentos sobre cooperativismo*. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2005. Série Cooperativismo, n. 08.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Trad. Flavio Paulo Meurer. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GUIMARÃES, Roberto P. *A ética da sustentabilidade e formação de políticas de desenvolvimento*. In: VIANA, Gilney., SILVA, Marina., DINIZ, Nilo (org.). O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 43-71.

KLIKSBERG, Bernardo. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

MATURANA, Humberto R. *A ontologia da realidade*. MAGRO, Cristina., GRACIANO, Miriam., VAZ, Nelson (org.). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). *Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil*. Brasília: CONDRAF, Série Documentos Institucionais, n. 1, 2005.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 2. ed. Trad. Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RIEDL, Mario; VOGT, Olgário P. *Associativismo e desenvolvimento: considerações sobre a existência de capital social*. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza. Capital Social e desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: Ed. UNISC, 2003. p. 149-211.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Coleção Reinventar a emancipação social: para novos manifestos. v. 2., 2002.

SANTOS, Milton., SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.